

O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA: O PODER-SABER CONTROLADO

Nicaelle Viturino dos Santos (graduanda, UFS)

INTRODUÇÃO

A partir da pesquisa realizada para a investigação acerca do ensino de Língua Portuguesa e, por conseguinte, do jogo de imagens que os professores de LP fazem de si, do seu objeto de ensino/estudo, da escola e do estudante, desenvolvida no projeto PIBIC – Programa de Bolsa de Iniciação Científica – 2012.2, faremos, neste trabalho, um recorte da pesquisa intitulada “Os (des) caminhos do ensino de Língua Portuguesa sob a ótica de professores dos ensinos fundamental e médio”, orientada pela professora Dr^a. Maria Emília de Rodat de Aguiar Barreto Barros do Departamento de Letras de Itabaiana – DLI.

Trataremos desse modo, do ensino de Língua Portuguesa a partir da perspectiva do professor. Ressaltamos que, essa discussão será encaminhada tendo em vista o respaldo de conceitos da Análise do discurso (AD), quais sejam: o discurso, o interdiscurso, a Formação discursiva, a Formação ideológica, os esquecimentos nº 1 e nº 2, que serão necessários para nossa análise.

Destacamos ainda as proposições de Bakhtin (1997) que tratam da não neutralidade dos discursos, posto que quando as palavras são utilizadas nas formulações feitas por qualquer locutor, elas são entrecortadas por seus valores axiológicos, políticos, sociais e ideológicos. Assim, nenhum discurso é inteiramente neutro, pois, ao expressar-se, o indivíduo deixa perpassar na interação seu ponto de vista a respeito do objeto do seu discurso seja ele qual for. De Foucault (1996), abstraímos as formulações que apresentam a hipótese de que, em toda sociedade a produção do discurso é controlada, organizada e redistribuída por procedimentos que cumprem a função de determinar o fechamento de determinadas áreas do discurso, permitindo a circulação apenas dos discursos com valor de verdade.

Nesse contexto, entendemos que os discursos são entrecortados pela ideologia, pela política, por valores sociais que lhes são permitidos naquele contexto. Pois, na medida em que há o controle, esse discurso é propagado de maneira circunscrita e redistribuído conforme o valor de verdade que lhe é impresso. Trata-se de limitar as suas condições de

funcionamento e balizar aqueles que os receptorão (selecionam os sujeitos que falam), isto é, ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certos preceitos (FOUCAULT, 1996).

Com isso, trazemos considerações feitas à luz da AD atentando para a opacidade do sujeito, da língua e da história por serem interpelados pela ideologia. Sendo esta uma relação imaginária do homem com a sua realidade, num movimento que evidencia sentidos dominantes, criando uma ilusão de transparência, conforme salienta Orlandi (2012).

Justificamos, então, a relevância deste trabalho por estarmos investigando o ensino de língua com um recorte teórico-metodológico que possibilita relacionar os sujeitos pesquisados ao ambiente em que vivem numa perspectiva sócio-histórica.

Para a coleta dos dados que compõem o *corpus* da pesquisa, utilizamos a entrevista narrativa com três professores das redes pública e privada de ensino da cidade de Aracaju/SE.

Na próxima seção, faremos algumas considerações à luz da AD que embasarão a análise para a discussão proposta anteriormente.

1. ALGUNS CONCEITOS À LUZ DA AD

Vale considerar inicialmente que o conceito de discurso nos remete à ideia de curso, de percurso, de movimento, sendo a linguagem a mediadora entre o homem e a realidade. Assim, entende-se que o homem é interpelado pelo contexto sócio-histórico e pela ideologia e, através do discurso, podemos observar a relação entre língua e ideologia (ORLANDI, 2012, p.15). Nesse sentido, destacamos que o discurso não tem fronteiras, mas é passível de deslocamentos que acontecem de acordo com as suas condições de enunciação.

Com isso, entendemos que o discurso pedagógico (DP) vem sendo perpetuado obedecendo a uma hierarquia que considera o professor como aquele que detém o saber. Este saber, por sua vez, possui *status* de verdade absoluta e inquestionável. Enquanto isso, o aluno é aquele que está na sala de aula para receber o conhecimento acerca de determinada ciência que averigua um objeto, neste caso específico, a Língua Portuguesa.

O conhecimento (re) produzido na instituição escolar advém de uma tradição que parte do princípio dicotômico certo *versus* errado e está enraizado na sociedade de tal forma

que perpassa, mesmo com mudanças significativas acerca do estudo de língua, o discurso e a prática de professores recentemente formados.

Assim, o discurso pedagógico assenta a autoridade da ciência, a partir da memória discursiva, tornando o aluno tão mecânico quanto o próprio ensino (homogêneo e disciplinador).

Os sistemas complexos de restrição necessitam da troca e da comunicação como ferramentas no interior desses discursos. E, a forma mais simples do sistema de restrição é denominada por Foucault (1996) de ritual, o qual qualifica o sujeito que detém a fala, definindo propriedades singulares e papéis preestabelecidos.

Assim, o aluno tende a parafrasear o discurso do professor, isto é, reformular o mesmo dizer, tendendo à estabilização. Isso caracteriza as “sociedades de discurso” - espaço em que determinadas informações são transmitidas, mas apenas a receptores específicos -, que têm por função conservar ou produzir discursos, mas conservando-os em um espaço fechado, em que há uma detenção de “segredo” por parte de alguns e uma não permutabilidade.

Desse modo, o interdiscurso - dito e esquecido, domínio da memória - tem um sentido referencial, servindo de base, mesmo de maneira inconsciente, para a constituição da identidade do sujeito, pois a identidade é o resultado de processos análogos, segundo os quais o sujeito deve-se inscrever em uma (e não em outra) formação discursiva para que suas palavras signifiquem. Esses processos discursivos se efetivam pelo sujeito, mas não de forma adâmica, posto que as suas palavras são também as palavras dos outros (ORLANDI, 2012).

Remetemos, pois, aos esquecimentos de nº 1 e nº 2. Este diz respeito à ilusão referencial, ou seja, da ordem da enunciação, numa relação direta entre palavra e coisa. Ao falar, excluimos outra maneira de fazê-lo e isso significa em nosso dizer. Já aquele se refere ao modo pelo qual a ideologia nos afeta. Alude ao sonho adâmico de que nosso dizer é a origem, quando, em verdade, os sentidos são retomados por nós. Assim, ao falar da disciplina LP, o docente acredita nela enquanto verdade incontestável, que deve ser buscada no livro didático e/ou na gramática. Sendo estes considerados manuais a serem seguidos no trabalho em sala de aula.

E, nesse contexto, o lugar ocupado pelo professor, enquanto sujeito do discurso (não apenas sujeito físico), faz dele detentor de um saber. Esse saber é sustentado pela memória discursiva (interdiscurso) em que a imagem do docente é a de educador, a quem o

saber é delegado. Enquanto que o aluno é visto como o aprendiz que está na sala de aula para ouvir, aprender e repetir (parafrasear) o já dito. Esse jogo de imagens é denominado formação imaginária.

Entendemos, com isso, que o saber produzido na escola tem em vista o treinamento do aluno para o mercado capitalista neoliberal, em que o poder-saber é delimitado através de interesses que promovem o assujeitamento daqueles que não conseguem se desvencilhar de tal sistema – tanto o aluno quanto o professor.

Em meio a tais considerações, evidenciamos que, na sociedade discursiva da instituição escolar, a relação professor-aluno está embasada no controle e na submissão. O professor assume, então, a posição de propagador de um saber e delimita o fechamento do discurso.

Na seção seguinte, descrevemos a metodologia que orienta a pesquisa.

2. METODOLOGIA

Tendo em vista o objetivo deste trabalho, que é o de investigar o ensino de Língua Portuguesa a partir do discurso do professor de LP, adotamos a entrevista narrativa como método para coleta de dados. Posto que, ela resulta da reelaboração, por parte do sujeito, dos fatos em duas dimensões: a cronológica, em que os fatos são contados obedecendo a uma sequência; e a não cronológica, em que há a interligação de unidades menores, constituindo um enredo.

Assim, a narrativa é entendida como uma tentativa de ligar os acontecimentos definindo-os no tempo e no sentido.

Além disso, destacamos as considerações de Orlandi (2012) no que concerne aos procedimentos de análise do discurso. Segundo ela, a explicitação do discurso é possível através da observação das suas regularidades. Observa-se, então, a relação dele com a formação discursiva da qual faz parte.

Para a composição do *corpus*, utilizamo-nos de três entrevistas narrativas de professores das redes públicas particular de ensino de Aracaju/SE. Essas entrevistas compõem os *corpora* da pesquisa intitulada “Os (des) caminhos do ensino de Língua Portuguesa sob a ótica de professores dos ensinos fundamental e médio” para o relatório PIBIC 2012/13,

orientada pela professora Dr^a. Maria Emília de Rodat de Aguiar Barreto Barros do Departamento de Letras de Itabaiana – DLI.

As entrevistas foram realizadas no período 2012.2 da Universidade Federal de Sergipe, entre os meses de novembro e dezembro de 2012, na capital do Estado.

Dentre as perguntas norteadoras de tal pesquisa, selecionamos a seguinte: “*Para eles, o que é ensinar Língua Portuguesa?*”, com o intuito de investigar, em questão, posto esse trabalho ser um recorte da referida pesquisa.

Na seção seguinte, apresentamos a análise do *corpus* a partir dos discursos dos informantes.

3. ANÁLISE DO *CORPUS*

Para a análise aqui apresentada, utilizamo-nos da proposta de Marcuschi (1986) acerca da análise da conversação, posto que se baseia em realizações particulares tendo em vista afirmações universais em determinada língua.

Para tanto, listamos abaixo os símbolos propostos por Marchuschi (1986) e utilizados na transcrição das entrevistas narrativas:

- [sobreposição de vozes, sem que a concomitância das vozes seja no início do turno;
- (+) pausas de aproximadamente 5 segundos;
- MAIÚSCULA - ênfase ou acento forte;
- :alongamento da vogal (pode ser repetido conforme a duração);
- (()) comentários do analista;
- Silabação – marca-se a separação das sílabas com hífen;
- ” corresponde mais ou menos ao ponto de interrogação;
- ’ indica uma subida leve;
- , indica descida leve ou brusca;
- /.../ indicação de transcrição parcial;
- / truncamento brusco, seja pelo falante ou pelo entrevistador.

Os informantes da pesquisa são professores identificados como 1, 2 e 3. O informante 1 é licenciado há um ano, em Português Espanhol, pela Universidade Federal de Sergipe (UFS); atua no Ensino Fundamental (do 6º ao 9º ano) há aproximadamente seis meses, na rede pública municipal de ensino, em Aracaju/SE.

O informante 2 é formado em Letras Português pela UFS. Leciona em turmas de 6º e 7º anos do Ensino Fundamental, em uma escola particular da capital do Estado e, no Ensino Médio, em uma escola da rede pública estadual, na mesma cidade. Trabalhou como professor polivalente por aproximadamente quatro anos, antes de trabalhar com o ensino de LP somando um total de 18 anos de atuação profissional.

O informante 3, por conseguinte, trabalha há 38 anos, tendo sido os últimos 11 dedicados a turmas da EJA (Educação de Jovens e Adultos), na rede pública estadual de ensino em Aracaju. Possui graduação em Letras Português pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e especialização em Educação Ambiental.

É perceptível a heterogeneidade no tocante à formação e ao tempo de trabalho dos envolvidos na pesquisa, no entanto, o mesmo não acontece no que se refere aos discursos acerca do ensino de língua portuguesa e no trabalho em sala de aula. Eis, a seguir, as análises:

Ao tratar do ensino de LP, a partir das entrevistas, os professores delegam grande importância às habilidades de leitura e escrita, contudo podemos perceber que o ensino delas ainda está pautado em um discurso voltado para a necessidade de engajamento no mercado de trabalho, como podemos observar no seguinte trecho:

‘.../ porque você vai precisar desenvolver conteúdo que já o prepare para o mercado de trabalho,
a gente tem que conversar muito sobre mercado de trabalho,/.../
mas pra que na hora de uma entrevista eles utilizem,
o registro formal' procurem utilizar o registro formal
sem procurar rebuscar muito pra não errar/.../ (informante 3).

Podemos perceber também que o ensino de LP tem como base a distinção entre certo *versus* errado: “*sem procurar rebuscar muito pra não errar*”, remetendo ao discurso

que silencia a variante linguística trazida pelo aluno e prima pela gramática enquanto modelo a ser seguido.

Vale considerar ainda que as propostas dos LD's no que toca a interpretação de textos acabam cerceando a compreensão do aluno, posto que o docente atribui a elas um valor de verdade e, portanto, as respostas não devem ser modificadas ou fugir à proposta do livro. Esse ensino desconsidera, então, a leitura do contexto e os processos de atribuição de sentido pelo aluno a determinado texto/proposta de estudo, silenciando-o. O professor deixa de ser intermediador para destacar-se enquanto detentor das respostas.

"/.../ hoje em dia não, eles são de texto é muito texto que vem nos livros os professores hoje que pegarem assim pra dar aula o que mec seleciona tem muito texto, então você nem precisa sair buscando demais' texto sabe'' só com livro tem muita coisa/.../ (informante 1).

"/.../se você ficar nessa só de passar exercício sabe de gramá::tica e num sei que até interpretação que bem que interpretação também muitas vezes quem acaba respondendo é vo-cê sabe'' junto com o aluno'/.../. (informante 1).

"/.../com certeza, MUITA interpretação de texto, é o que eu foco mais por que eles estão assim, muito defasado nessa questão de interpretação de texto, e: a gramática entra junto né" (informante 3).

Nos trechos acima, podemos inferir que o conceito de interpretação está associado à decifração de aspectos superficiais do texto, estando a atividade desvinculada da reflexão sobre a língua e dos processos que constituem o(s) sentido(s) do texto.

Com isso, as atividades de compreensão de textos ficam restritas ao que é proposto pelo LD e, conforme os entrevistados, os alunos devem obedecer ao que lhe é conferido. Isso remete às proposições de Foucault (1997) acerca do controle e da submissão

do corpo na tentativa de torná-lo dócil e útil e, para tal, há a punição (não física, mas simbólica) para que o discente se enquadre na posição que lhe é conferida.

“/.../aí assim eles já sabem que se eles não se comportarem eles vão perder’ entendeu” e:: essas atividades também eles fazem porque eles sabem que eles vão perder/.../ (informante 1).

“/.../você pode dominar o conteúdo o tanto que for mas se você não tiver HABILIDADE de segurar né”
trinta quarenta ou até cinquenta alunos durante cinquenta minutos pra falar sobre língua portuguesa
se você não tiver uma habilidade um jogo de cintura você não consegue,/.../. (informante 2).

Em meio a tais considerações, vale destacar ainda que, no contexto escolar, o professor tem que se desdobrar para dar conta do aprendizado e da aprovação do aluno. E os pais não participam efetivamente da sociedade escolar, pois, no tocante ao ensino, eles reiteram a necessidade de controle e vigilância do aluno.

“/.../talvez procure agora porque agora a gente vai acabar o ano vai ter reprovação e final de ano os pais sempre procuram né”
se o filho reprovar, agora assim alguns vem, assim perguntar como meu filho tá:: ((fala lenta)) (informante 1).

“/.../então tem a própria questão cultural a questão familiar né”
hum a maioria dos alunos da escola particular o pai fiscaliza
oi já arrumou a pasta" colocou o livro" olhou o horário né”
ou pelo menos deveria ser a maioria né”
já o: nem todos os alunos da escola pública tem esse suporte familiar’ (informante 2).

Dessa forma, o docente assume a posição de partícipe também controlado pelo discurso da instituição escolar - que cobra a aprovação do aluno - e dos pais, que delegam ao professor a responsabilidade de “educar” seus filhos.

Tais perspectivas evidenciam a sociedade discursiva do contexto escolar enquanto um lugar de controle e dominação do corpo e do saber. Nessa sociedade, a imagem do professor de LP está vinculada ao poder-saber, ao passo que a do aluno está associada ao receptor desse poder-saber controlado e, como tal, deve se manter silenciado. E o ensino, por sua vez, está arraigado numa relação de dependência, por parte do aluno, e de poder no que concerne à disciplina e ao professor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do objetivo deste trabalho, que é o de analisar o ensino de Língua Portuguesa a partir da perspectiva de professores de LP, podemos considerar que o discurso do professor evidencia um ensino ainda pautado em práticas tradicionais (controle da turma, utilização de textos como pretextos para exercícios gramaticais).

Na sociedade discursiva do contexto escolar, as posições ocupadas pelo professor e pelo aluno, respectivamente, são de detentor e receptor do saber, determinando um poder-saber controlado e o fechamento dessa área do discurso.

Com isso, a prática docente vincula-se a uma formação discursiva que privilegia a mecanicidade e a obediência do sistema capitalista neoliberal, transcorrendo essa ideia para o contexto escolar, dispondo à escola um lugar de preparação do aluno para o mercado de trabalho que prima por indivíduos assujeitados que corroborem a ideologia e o sistema em voga. Constituindo-se, dessa forma, enquanto corpos dóceis, obedientes e úteis, como enfatiza Foucault (1997).

A LP ocupa o *status* de disciplina, tendo o livro didático e a gramática como veículos a serem utilizados para se ter acesso ao que é “certo” (bem falar e bem escrever). Essa postura dicotômica (certo X errado) privilegia a norma gramatical e silencia as variantes utilizadas pelos alunos, além de privá-los (professor e aluno) de um estudo/ensino baseado na reflexão acerca dos processos que constituem o(s) sentido(s).

Destacamos também que o saber produzido na instituição escolar colabora para a produção de um poder-saber controlado em que o aluno não produz/constrói conhecimento, apenas reitera o discurso vigente e aceita a condição de estar sendo preparado para atuar em um sistema mecanicista de trabalho.

Por fim, enquanto partícipes de tal FD, tanto o professor quanto o aluno são controlados e mecanizados pela ideologia perpassada pela instituição escolar e pela família, tornando-os reprodutores das ideias capitalistas neoliberais em um sistema que poda e controla o poder-saber.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Trad. Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997, p. 181-360.

BAUER, Martin; Jovchelovitch, Sandra. Entrevista narrativa. In: Bauer, Martin & Gaskell, George: **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 90-113.

FOUCAULT, M. **A Ordem do discurso**: aula inaugural no *College de France*, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Trad. Raquel Ramalheite. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MARCUSCHI, L. A. **Análise da Conversação**. Série Princípios. São Paulo: Editora Ática, 1986.

ORLANDI, E. P. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 2002.